



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

PROCURADORIA-GERAL

DE: PROCURADORIA-GERAL
PARA: PRESIDÊNCIA

PARECER Nº. 1.412/2025
REF: PL N.º 222/2025
AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Excelentíssimo Senhor Presidente

Atendendo a Vossa Determinação e considerando a competência atribuída a este órgão pela Lei nº 3.809/2017, e, art. 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe aduzir o que segue:



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

I - DO RELATÓRIO

O Chefe do Poder Executivo Municipal propôs o **Projeto de Lei nº 222/2025**, protocolizado sob o nº. **59.047/2025**, exposto em 08 (oito) artigos que “Institui o Fundo Municipal para Políticas Penais e o seu Conselho Gestor, no âmbito do Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, e dá outras providências”, contendo solicitação de tramitação em regime de urgência.

O Projeto de Lei em comento foi protocolizado no dia 26 de novembro de 2025 e levado ao conhecimento dos nobres *Edis* por meio de ofício oriundo da Coordenadoria de Assuntos Legislativos, datado de 01/12/2025.

O Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico certificou em 27 de novembro de 2025, a existência de Legislação Municipal disponível sobre a matéria, conforme se vê pela respectiva certidão **sem numeração** (fls 10/12), informando ainda que já houve a transformação parcial em diploma legal (art. 167, Inciso I, do Regimento Interno).

Em 01 de dezembro do corrente exercício, a proposição em comento foi encaminhada a esta Procuradoria-Geral.

É a síntese do essencial.

II - DO MÉRITO

Conforme alega o Autor em sua Mensagem Justificativa:



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

Em atendimento à Indicação Legislativa nº 16/2025, de autoria do Vereador Devanildo Parma Bassi, encaminhado para apreciação de Vossas Senhorias o Projeto de Lei que “Institui o Fundo Municipal para Políticas Penais e o seu Conselho Gestor, no âmbito do Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, e dá outras providências”.

A instituição do Fundo Municipal para Políticas Penais é essencial para promover uma gestão eficiente e transparente dos recursos destinados à área penal, assegurando que sejam aplicados em ações prioritárias no município e contribuindo para a efetividade das políticas penais.

Além dos benefícios mencionados, a criação do Fundo Municipal para Políticas Penais é fundamental para a captação e gestão de recursos provenientes de verbas federais, como aquelas disponibilizadas pelo Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN. A existência de um Fundo específico no âmbito municipal facilita a alocação e a transparência no uso desses recursos, permitindo que sejam direcionados diretamente para ações prioritárias no município. Essa estruturação é crucial para garantir que os recursos federais sejam efetivamente utilizados em programas e projetos que atendam às necessidades locais.

A criação do Fundo também representa um comprometimento do município com a gestão eficiente dos recursos públicos e com a implementação de políticas penais eficazes. A existência de um mecanismo financeiro dedicado a essas políticas demonstra a responsabilidade do município em garantir a reintegração social de pessoas presas, internadas e egressas, bem como o controle e participação social no sistema de justiça criminal. Além disso, a estruturação do Fundo Municipal para Políticas Penais pode fortalecer a relação com outras esferas governamentais, possibilitando parcerias e convênios adicionais que potencializem os recursos disponíveis e ampliem o alcance das ações implementadas.

O Fundo será utilizado também em benefício da segurança pública, permitindo que os recursos sejam direcionados para políticas e programas que visem a prevenção de crimes e a promoção da segurança no município.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

Em suma, a criação do Fundo Municipal para Políticas Penais é uma medida essencial para garantir a captação e gestão eficiente de recursos destinados às políticas penais no município.

Por conseguinte, a criação de seu Conselho Gestor assegura a correta aplicação e fiscalização os recursos.

Ademais, a Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública expediu Ofício a todos os Secretários Estaduais de Administração Penitenciária ou Congêneres, informando que está sendo preparado o Edital para adesão de entes municipais à política de repasse “fundo a fundo” de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, no âmbito das ações do Plano Pena Justa.

Segundo o referido Órgão Federal, o objetivo da medida é apoiar programas de reinserção de presos, internados e egressos, bem como projetos de alternativas penais, fortalecendo a política penitenciária nacional.

Neste contexto, faz-se necessário que os entes municipais tenham devidamente instituídos seus Fundos Municipais para Políticas Penais para, então, aderirem ao mencionado Edital que contemplará os repasses “fundo a fundo” de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.

Ante o exposto, encaminho o presente Projeto de Lei a essa Egrégia Casa Legislativa para deliberação e aprovação **em regime de urgência**.

Na oportunidade, renovo aos Nobres Edis os meus votos de profundo respeito e admiração.

Imperioso mencionar que a legislação apontada pelo Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico, por si só, não prejudica a tramitação da presente proposição, posto que, não se verifica a existência de legislação municipal que trate especificamente da matéria.

Em análise, salvo melhor juízo, certifica-se que não há óbice à *tramitação* do Projeto de Lei em tela, pois neste particular não se afigura *evidente* inconstitucionalidade, ilegalidade, ou desrespeito aos preceitos regimentais desta Casa de Leis.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

No entanto, esta Procuradoria-Geral **recomenda** aos Nobres Edis a leitura da nota técnica divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça, acerca da Instituição de Fundos Municipais para Políticas Penais¹.

De mais a mais, esta Procuradoria-Geral orienta que o processo digital em relevo retorne ao Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico, a fim de que seja inserida numeração na certidão exarada.

Superadas tais questões, no tocante ao **regime de urgência**, saliente-se o prazo de apreciação - **30 dias de seu recebimento** -, bem como o procedimento previsto no *artigo 162, inciso I*, e *§ 1º, incisos I a IV do Regimento Interno* desta Casa de Leis.

Quanto ao tramite, referido Projeto deve ser enviado para análise das **Comissões Permanentes de Legislação e Redação** (*artigo 39, incisos I e IV, alínea “a”, do Regimento Interno*), **Finanças e Orçamentos** (*artigo 40, inciso I, alínea “c,” do Regimento Interno*), **Méritos Temáticos** (*artigo 41, inciso I, alínea “p” do Regimento Interno*) e **Saúde, Educação e Segurança Pública** (*artigo 43-B, inciso X E XI, do Regimento Interno*).

Cumpre ressaltar que o quórum para a aprovação do referido Projeto de Lei é de **maioria simples**, com fulcro no *§ 3º, artigo 20 do Regimento Interno* desta Casa de Leis.

¹ https://www.gov.br/senappen/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/politicas-nacionais-penais/atencao-a-pessoa-egressa/nota_tecnica_cnj_fundos_municipais.pdf



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

III - DA CONCLUSÃO

EX POSITIS, esta Procuradoria-Geral se manifesta favorável à *tramitação* do aludido **Projeto de Lei, com a recomendação acima assentada.**

Por derradeiro, esta Procuradoria-Geral orienta que o processo digital em relevo **retorne ao Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico**, a fim de que seja inserida numeração na certidão exarada.

É o parecer *sub censura*, ressalvada, todavia, a análise dos nobres Edis.

Campo Mourão, 03 de dezembro de 2025.

Sidney Kendy Matsuguma
Procurador Jurídico
OAB/PR 56.500